



## ALAGOAS

# Ação do Sindicato dos Vigilantes de Alagoas garante pagamento de salários atrasados.



O Sindicato dos Vigilantes de Alagoas informa que os vigilantes da empresa Vital Segurança que atuam nas UPAs Benedito Bentes e Trapiche já receberam todos os pagamentos que estavam pendentes, que foram os dois meses de Salários Atrasados, dois meses de Tíquetes Alimentação e a 2ª parcela do 13º Salário.

Durante todo o período, a diretoria do sindicato esteve junto com os trabalhadores, cobrando providências da direção e da ONG que administra as referidas UPAs para que os trabalhadores não fossem mais prejudicados.

O sindicato chegou a protocolar uma denúncia junto ao Ministério Público do Trabalho (MPT) para que a empresa efetuasse o pagamento imediato aos trabalhadores.

“Esta é mais uma ação do Sindicato dos Vigilantes de Alagoas para resolver as demandas da nossa categoria. Continuaremos fiscalizando e cobrando providências das empresas que mantém irregularidades. Quem não luta pelos seus direitos não é digno deles!”, afirmou a diretora Mônica Lopes.

Fonte: Sindicato

# SINDFORTE/RN apoia campanha JANEIRO BRANCO



O mês promove a reflexão e a renovação de ações e pensamentos para o ano que se inicia. O objetivo é alertar para os cuidados com a saúde mental da população, a partir da prevenção das doenças decorrentes do estresse, incluindo os transtornos mentais mais comuns, como depressão, ansiedade e pânico.

**#janeirobranco**

# Marinho: Trabalhador não deve ter direito individual de rejeitar contribuição obrigatória ao sindicato

**Em entrevista à CNN nesta sexta-feira (5), o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, defendeu que o trabalhador não deve ter direito individual de rejeitar a contribuição sindical obrigatória.**



**Para o ministro, em uma organização coletiva, as decisões devem ser tomadas da mesma forma.**

“A decisão, na minha opinião, deveria ser tomada nas assembleias de trabalhadores e de empregadores, eles decidem. Portanto, não caberia direito individual em mandar uma ‘cartinha’, por exemplo, se recusando a contribuir. Até porque esse trabalhador abriria mão dos benefícios do acordo coletivo? Do aumento do salário, das cláusulas sociais, da proteção ao trabalho? Evidentemente que não”, afirmou.

Marinho comparou a decisão individual dos trabalhadores com a contribuição das empresas para o Sistema S — obrigatório para as companhias.

“As empresas podem também dizer: ‘eu não quero contribuir com o Sistema S’, por exemplo? Evidentemente que não”, argumentou.

Para o ministro, a decisão da recusa de forma individual não é “legítima” e nem “democrática”.

O ministro enfatizou que o Imposto Sindical não irá retornar, mas disse que a Contribuição Negocial — uma espécie de retribuição do trabalhador às conquistas salariais obtidas pelos sindicatos.

Foto: Reprodução/CNN.



## TENTATIVA DE GOLPE

# Um ano depois do 8 de janeiro, militares não sofrem punições significativas da Justiça

**Até o momento, sequer foi apresentada denúncia contra membros das Forças Armadas por omissão no dia das invasões**



**Invasão de manifestantes ao Congresso, STF e Palácio do Planalto em 8 de janeiro: militares ainda seguem fora do alvo da Justiça - Marcelo Camargo/Agência Brasil**

Passado um ano do pior ataque às instituições democráticas brasileiras desde 1988, realizado em 8 de janeiro do ano passado e que levou à depredação das sedes dos Três Poderes, em Brasília, não há nenhum registro de condenação significativa de membros das Forças Armadas que deveriam ter protegido o patrimônio público ou mesmo que participaram dos atos no dia.

Levantamento feito pelo Brasil de Fato junto a órgãos oficiais e especialistas mostra que, enquanto as investigações e condenações avançam sobre civis que participaram dos atos golpistas e autoridades do governo do Distrito Federal, militares que eram responsáveis pela segurança da Presidência da República seguem atuando normalmente e até crescendo na carreira em alguns casos.

Enquanto o Supremo Tribunal Federal (STF) já condenou civis a penas que superam 10 anos de prisão, as investigações envolvendo militares seguem sob sigilo e sem transparência até mesmo sobre as punições administrativas a que alguns foram submetidos. Além de casos de militares que perderam postos que ocupavam (mas seguem na carreira em outras funções), das punições administrativas que vieram a público até o momento há registro de penalidades brandas, como prisão por três dias e advertência, por exemplo.

A reportagem questionou as três forças, o Exército, a Marinha e a Força Aérea, sobre quais medidas adotaram em relação a militares que teriam se envolvido nos atos e as eventuais punições e investigações que foram abertas. Somente o Exército e a Marinha responderam.

Sem identificar ninguém, a Marinha informou que acompanha as investigações no STF e que abriu três procedimentos administrativos, um envolvendo um oficial da reserva que tirou foto da Praça dos Três Poderes no dia, outro aberto contra uma praça reformada que foi presa no dia 8 pela Polícia Militar e uma terceira envolvendo uma praça da reserva que foi presa preventivamente dentro do Palácio do Planalto. Segundo a Marinha, os dois primeiros procedimentos administrativos foram arquivados e, em relação ao terceiro caso, a força informou somente que a militar responde a uma ação civil pública no STF, sem dar mais detalhes sobre o andamento do procedimento administrativo e sobre a ação.

Já o Exército informou que foram abertos quatro inquéritos policiais militares e quatro procedimentos administrativos, mas que em apenas um dos inquéritos houve a condenação até o momento: de um militar, que nem deve chegar a ser preso.

Trata-se do coronel da reserva Adriano Camargo Testoni, que gravou um vídeo da Esplanada dos Ministérios no dia dos atos com ofensas a generais e ao Alto Comando do Exército, seus superiores hierárquicos.

Devido às ofensas ele foi condenado por injúria pela Justiça Militar, em novembro do ano passado, a uma pena de um mês e dezoito dias de prisão. Como a pena é menor do que dois anos e essa era sua primeira condenação, Testoni acabou recebendo o benefício da

suspensão condicional da pena por dois anos. Na prática, ao invés de ficar preso, ele precisará cumprir outras medidas mais amenas, como a proibição de andar armado e de frequentar bares. “Demais apurações estão sendo conduzidas sob a fiscalização do Ministério Público com o intuito de serem submetidas aos seus juizados competentes”, afirmou o Exército em nota.

Procurado, o Ministério Público Militar informou por meio de sua assessoria de imprensa que todos os outros procedimentos que foram abertos e estavam em andamento na Justiça Militar foram remetidos ao gabinete do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, por determinação do ministro.

Apesar de o Exército não ter informado inicialmente em sua resposta à reportagem, enviada em 28 de dezembro, a imprensa revelou que dois dos procedimentos administrativos abertos levaram à punição de oficiais. Segundo revelou o portal UOL, um deles é um major que ordenou um subordinado no dia 8 a cantar o hino nacional junto aos manifestantes que depredavam o Palácio do Planalto. Por ter mentido durante a apuração do episódio, o Exército decidiu punir ele com três dias de prisão. O outro oficial recebeu uma advertência. Os nomes dos dois não foram divulgados.

Neste cenário, o envio dos inquéritos militares ao STF foi visto com bons olhos pelos especialistas, já que coloca os civis e os militares sob a mesma régua na hora de serem julgados e investigados.

Com isso, a Polícia Federal ficou responsável por investigar tanto os civis e quanto os militares envolvidos no 8 de janeiro. Ao todo, já foram realizadas 22 operações ostensivas, com buscas e apreensões, bloqueio de bens e prisões, da chamada Operação Lesa Pátria. Os casos seguem sob sigilo e, até o momento, o único militar de alta patente que se tem notícia que chegou a ser alvo de buscas e apreensões foi o general da reserva Ridauto Lúcio Fernandes, que chegou a depor à PF no dia 29 de setembro.

A suspeita é de que ele, por ter passado pelas Forças Especiais do Exército, formadas por soldados altamente treinados com técnicas de sabotagem e incentivo à insurgência popular, teria atuado para orientar alguns manifestantes a utilizar técnicas profissionais para invadir o prédio do Congresso Nacional pelo teto no dia 8.

Responsável por apresentar as denúncias ao STF, a Procuradoria-Geral da República (PGR), por sua vez, informou que todas as informações sobre o 8 de janeiro estão disponibilizadas no site da instituição. A CPI Mista do 8 de janeiro encaminhou ao órgão seu relatório final no qual pediu o indiciamento de 61 pessoas, incluindo o ex-presidente Jair Bolsonaro e cinco de seus ministros. Ao todo o colegiado pediu o indiciamento de 20 militares, da ativa e da reserva. O relatório está sob análise da PGR, que pode ou não aproveitá-lo em investigações já em andamento e a Procuradoria não confirma se algum dos nomes do relatório já foi denunciado, uma vez que a maioria das denúncias segue sob sigilo.

Ao todo, a PGR já denunciou mais de 1,4 mil pessoas que participaram diretamente dos atos no dia, sendo 1.156 pessoas acusadas de incitar os atos, 248 acusadas pela execução dos ataques e um financiador, um empresário do Paraná acusado de fretar quatro ônibus que levaram manifestantes até Brasília. Como as apurações e a maioria das denúncias ainda está sob sigilo, não é possível saber se entre os nomes denunciados há militares acusados destes crimes.

O órgão, por sua vez, afirma que até o momento foram denunciados oito agentes públicos que teriam se omitido no dia, sendo sete integrantes da cúpula da Polícia Militar do Distrito Federal e um policial legislativo do Senado. Ou seja, nenhum militar da ativa das Forças Armadas foi denunciado ao STF até o momento por uma eventual omissão que tenha ocorrido no dia. Em entrevista recente ao jornal Folha de S. Paulo, o subprocurador Carlos Frederico Santos, que coordenou o Grupo de Combate aos Atos Antidemocráticos até dezembro do ano passado afirmou que os militares podem ser enquadrados em crimes de golpe de Estado e abolição violenta do Estado democrático de Direito por omissão imprópria.

“Isso está sendo investigado, mas são investigações mais complexas. Nós não participamos diretamente das primeiras medidas relativas aos militares das Forças Armadas. O Ministério Público só foi notificado quando já estava tudo pronto”. Cabe agora ao novo procurador-geral da República, Paulo Gonet, decidir como devem prosseguir as investigações.

## **Comandante demitido, general promovido**

O comandante do Exército na época dos ataques, general Júlio Cesar de Arruda, chegou a ser demitido pelo presidente Lula treze dias após o ocorrido, e entrou para a reserva, a aposentadoria dos militares.

O comandante Militar do Planalto no dia do ataque, general Gustavo Henrique Dutra de Menezes, por sua vez, deixou o posto pouco tempo depois, mas para assumir outros cargos e até mesmo ascender na carreira.

Ele foi exonerado do cargo em abril do ano passado um dia antes de depor à Polícia Federal nas investigações sobre o 8 de janeiro (a apuração segue sob sigilo). Ao deixar o posto, porém, ele foi nomeado para a 5ª subchefia do Estado-Maior do Exército. Passados seis meses, em novembro de 2023 ele foi nomeado vice-chefe do Estado Maior do Exército. Na prática, o cargo representa uma progressão na carreira do general..

Comando Militar do Planalto é o órgão que tem, entre suas atribuições, “planejar, coordenar e executar as ações relativas à Guarda Presidencial e ao Cerimonial Militar da Presidência da República”. Para o professor de Teoria Política da Unesp e estudioso dos militares, Paulo Ribeiro da Cunha, a atuação do general no dia 8 indica que pode ter havido omissão e merece ser apurada a fundo.

“As investigações não estão concluídas, mas paira sob ele forte suspeição, isso é inegável. Consta que ele tinha 900 homens sob seu comando no dia”, afirma.

Além do general Dutra, um militar de alta patente que também tinha a responsabilidade de cuidar da segurança presidencial foi o general da reserva Gonçalves Dias, então chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Ele pediu demissão em abril do ano passado, após virem à tona vídeos dele circulando entre manifestantes do Planalto no dia da invasão.



## **Chefe da guarda presidencial foi para a Espanha**

Outro militar cuja atuação no 8 de janeiro ganhou repercussão foi o então comandante do Batalhão da Guarda Presidencial, que é responsável pela segurança do Planalto, o coronel Paulo Jorge Fernandes da Hora.

Ele aparece em vídeo discutindo com integrantes da tropa de choque da Polícia Militar do DF que queriam prender os manifestantes dentro do Palácio do Planalto. Após o ocorrido vir à tona, ele acabou deixando o posto e o Exército chegou a informar que os fatos estavam sendo apurados. Até hoje, porém não há registro de denúncia à Justiça.

**:: Fuzileiros protegeram Marinha e Defesa e ignoraram Praça dos Três Poderes no 8 de janeiro ::**

Em setembro do ano passado ele foi para a Espanha participar de um curso de Altos Estudos Estratégicos para oficiais superiores ibero-americanos no Centro Superior de Estudios de la Defensa Nacional, a principal instituição de formação militar do país europeu. Após concluir o estudo ele ainda deve atuar como instrutor do Centro.

Questionado, o Exército informou que a ida do coronel para a Espanha já havia sido oficializada em junho de 2022, ou seja, a viagem já estava definida antes dos atos de 8 de janeiro e ocorreu independente deles. A força, porém, não respondeu até o fechamento deste texto quanto tempo o coronel deve ficar na Espanha atuando como instrutor. O último salário recebido por ele que consta no Portal da Transparência é de novembro de 2023, sendo ainda um salário em dólar, que é a forma como ele recebe seus vencimentos por estar em exercício no exterior.

### **‘Padrão histórico’**

Para especialistas, o cenário um ano após o 8 de janeiro reforça uma tendência histórica do Brasil de não punir efetivamente seus militares, sobretudo os de alta patente, mesmo quando eles aparecem envolvidos em manifestações políticas golpistas. Neste cenário, ainda que cúpula do Exército e das

outras forças institucionalmente tenham seguido a Constituição e não aderido ao golpe, a impunidade de uma parcela de militares golpistas pode acabar estimulando estes grupos a, no futuro, promoverem novas manifestações.

“Infelizmente repetimos nossa história de impunidade aos militares, e como repetimos a história seguimos deixando brechas para outras tentativas dessa natureza. Quando a punição não acontece, novas tentativas vem”, afirma Ana Penido, pesquisadora do Observatório da Defesa e Soberania Nacional.

Em sua avaliação, os militares praticamente não perderam força após o episódio. Apesar de terem perdido o comando da Agência Brasileira de Inteligência, que no governo Lula não está mais vinculada ao GSI, eles conseguiram ter um ministro da Defesa, José Múcio, alinhado a seus interesses e seguem sendo os responsáveis por definir a política de Defesa do país. Mais que isso, a opinião política das Forças Armadas segue sendo considerada na tomada de decisões do governo.

“Estamos em um cenário em que pessoa escolhida para presidir o país tem que estar a todo tempo calculando os militares como uma variável, não se parte do princípio de que eles estão subordinados ao poder civil, como prevê a Constituição de 1988, parte-se do princípio que eles tem uma opinião e vão se posicionar a partir dela. Isso, por essência, é antidemocrático”, afirma a pesquisadora.

Para Paulo Ribeiro da Cunha é necessário levar em conta que o Comando do Exército não aderiu à tentativa golpista e que uma parcela significativa dos militares sabe que é necessário adotar medidas para melhorar a imagem das forças. “Temos uma instituição de fato preocupada com sua imagem, mas que também tem clareza que alguns de seus membros estão envolvidos nesse processo todo do 8 de janeiro e que será necessária alguma punição, ainda que não atinja quadros de alta patente. Infelizmente há concretamente uma dificuldade destas instituições e do governo em lidar com essa questão”, afirma.

Fonte: Brasil de Fato  
Edição: Nicolau Soares

# Policiais do Bope-RJ vão usar câmeras em fardas a partir de segunda-feira (8)

**Polícia fluminense foi responsável por quase 30% das mortes violentas no estado em 2022**



Jovens negros são os principais alvos da violência policial no estado de São Paulo, segundo levantamento da Rede de Observatórios - Tomaz Silva/Agência Brasil

Policiais do Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar (Bope) do Rio de Janeiro passarão a usar câmeras em seus uniformes a partir de segunda-feira (8). A informação foi confirmada pelo próprio batalhão.

De acordo com o secretário de Polícia Militar (PM) fluminense, coronel Luiz Henrique Marinho Pires, até o fim de junho, todas as unidades da corporação incorporarão os equipamentos de vídeo às fardas. A ideia é que 90% dos policiais militares usem câmera.

**:: Polícia do RJ foi responsável por quase 30% das mortes violentas no estado em 2022 ::**

“Nós vamos cumprir o cronograma informado ao STF [Supremo Tribunal Federal]”, afirmou Pires, lembrando que o ministro da Suprema Corte Edson Fachin determinou que as forças policiais do estado do Rio adotassem as câmeras.

Em julho, o governo do Rio publicou um decreto obrigando os agentes das forças especiais das polícias Civil e Militar a usarem os equipamentos.



De acordo com reportagem da CNN Brasil, até o momento já foram implantadas 11.249 câmeras e outras 1.660 estão em fase de implantação. Ao todo, 13 mil câmeras foram adquiridas. Os dados são da PM.

### **Violência policial**

As polícias do estado do Rio de Janeiro mataram 1.327 pessoas no ano de 2022. Isso significa que 29,7% de todas as mortes violentas registradas no estado são de responsabilidade das forças de segurança.

Os dados foram divulgados pelo Instituto de Segurança Pública (ISP) no último dia 19.

Em artigo, a cientista social Silvia Ramos, que é coordenadora da Rede de Observatórios da Segurança, lembrou que os altos índices de letalidade provocada por agentes de segurança em supostas operações policiais vêm se repetindo ano após ano no governo de Cláudio Castro (PL), mas que o número atual não deixa de ser “estranhador”.

“Algumas vezes essas ações têm muita visibilidade, quando ocorrem vários mortos em uma única operação (chacinas policiais), quando ocorrem em favelas conhecidas com presença de grupos de ativistas locais ou quando morrem crianças ou mulheres. Podemos contar talvez dez, vinte, trinta, quarenta episódios assim num ano. Mas se juntarmos todos os registros que lemos na mídia profissional e redes sociais, chegaremos em média a 300 mortes. E as outras mortes que somam 1.327?”, questiona Ramos.

Ainda segundo a socióloga, a maioria das mortes decorrentes de ação policial ocorre silenciosamente, em bairros com pouco capital social, sem grupos locais com capacidade de

vocalização, sem a presença de mães heroicas que trocam suas vidas pela luta por justiça.

“Existe um varejo da letalidade policial em bairros distantes do olhar da sociedade e do controle, onde agentes sabem previamente que aquele homicídio ‘não vai dar em nada’. São execuções extrajudiciais, atos relacionados à corrupção, vinganças, negligências e acidentes. Quando somamos tudo dá mais de 1.300. Mortes inúteis, fúteis, preveníveis”, afirma.

A coordenadora da Rede de Observatórios chama atenção também para o fato de que 87,3% dos mortos pela polícia no Rio de Janeiro em 2021 eram negros.

Segundo o ISP, estas são as áreas integradas em que a polícia matou mais de 50 pessoas em 2022: Seropédica, Itaguaí e Queimados (139 pessoas); São Gonçalo (131); Duque de Caxias (129); Vigário Geral, Parada de Lucas e Penha (92); Acari, Costa Barros e Vicente de Carvalho (84 pessoas); Nova Iguaçu, Mesquita e Nilópolis (81); Niterói (79); Bangu (63); Mangaratiba, Angra e Paraty (60); Belford Roxo (58) e São João de Meriti (54).

“Qualquer governo preocupado com a segurança já teria providenciado estudos e levantamentos nos registros para compreender as mudanças nos fenômenos. Mas no Rio de Janeiro não existe uma secretaria de segurança. As polícias individualmente não têm qualquer interesse no tema”, critica Ramos, apontando ainda omissões do Ministério Público do Rio de Janeiro.

Fonte: Brasil de Fato

Edição: José Eduardo Bernardes

# Centrais sindicais chamam para o 8 de janeiro: lembrar para nunca se repetir

**CUT e demais centrais assinam nota conjunta em defesa da democracia**



## NOTA DAS CENTRAIS

### **Policiais Nota das Centrais Sindicais**

**Saudamos, neste 8 de janeiro de 2024, a democracia.**

**Lembrar sempre para que não se repita**

O movimento sindical dos trabalhadores e trabalhadoras repudia qualquer ato golpista e antidemocrático, como o fez em janeiro de 2023. Associa-se às manifestações do dia 8/1/2024 em comemoração à Democracia Inabalada que derrotou os arreganhos golpistas de 8/1/2023.

Vivemos um extenso e sólido período sob o regime democrático no Brasil, marcado por eleições periódicas, pela plena funcionalidade do Congresso Nacional, pela independência e harmonia entre os poderes e pela liberdade de organização e atuação das entidades civis.

A escalada golpista que culminou com o ato criminoso do dia 8/1/2023, organizada por traidores da pátria que não aceitaram o resultado soberano das eleições, não conseguiu interromper este período que se estende desde o fim da ditadura militar, em 1985.

Cientes de que o Brasil tem desafios significativos à frente, reconhecemos a necessidade de avançar na inclusão social, garantindo acesso essencial à população mais vulnerável.

Precisamos avançar na geração de trabalho decente, na geração de mais empregos, na reindustrialização do país, no acesso à saúde, fortalecendo o SUS, e na garantia de acesso a todos os níveis da educação pública de qualidade. E só podemos avançar através do esforço das instituições democráticas.

Neste contexto, as entidades sindicais desempenham um papel central, garantindo a valorização salarial dos trabalhadores e das trabalhadoras, a conquista de direitos, condições de saúde e segurança nos locais de trabalho, bem como em manifestações por um sistema econômico e social que contemple a inserção do povo.

Desempenham também papel fundamental contra o autoritarismo. Foi assim, no período mais duro da ditadura militar quando, apesar das prisões, torturas, perseguições e intervenções, o movimento sindical resistiu e lutou por liberdade e por igualdade.

Hoje, para que o país avance, precisamos garantir que o caminho da democracia permaneça livre e seguro.

Após quatro anos de um governo que flertava abertamente com o autoritarismo, chegamos perto de um golpe. Corremos o risco de ver a democracia, pela qual lutamos bravamente, ser destruída. E isso nos ensina a ficar alertas e permanecer lutando cotidianamente por sua manutenção.

O movimento sindical sempre esteve na linha de frente da luta por um Brasil democrático. Por isso, convocamos a militância do conjunto das centrais sindicais a participar das atividades e atos em defesa da democracia neste 8 de janeiro de 2024.

**São Paulo, 5 de janeiro de 2024**

**Sérgio Nobre, presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores)**

**Miguel Torres, presidente da Força Sindical**

**Ricardo Patah, presidente da UGT (União Geral dos Trabalhadores)**

**Adilson Araújo, presidente da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil)**

**Moacyr Roberto Tesch Auersvald, presidente da NCST (Nova Central Sindical de Trabalhadores)**

**Antonio Neto, presidente da CSB (Central dos Sindicatos Brasileiros)**

**Nilza Pereira, secretária-geral da Intersindical Central da Classe Trabalhadora**

**José Gozze, Presidente da PÚBLICA, Central do Servidor**

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

[www.cntv.org.br](http://www.cntv.org.br)

[cntv@terra.com.br](mailto:cntv@terra.com.br)

(61) 3321-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF